

CRIMINALIDADE/ Operação da Polícia Civil do DF atinge dois grupos criminosos ligados à receptação de cabos furtados, lavagem de dinheiro e fraude tributária. Em cinco meses, a CEB Ipês registrou o furto de 49km de cabos de iluminação pública

Esquema bilionário com roubo de fios

» DAVI CRUZ
» DARCIANNE DIOGO

Que começa com o furto de alguns metros de cabo em ruas, obras e redes de energia termina em uma cadeia que movimentou bilhões de reais com a comercialização de cobre e notas falsas. Um elo entre grupos criminosos revelou uma engrenagem robusta que envolve do ferro-velho na periferia do Distrito Federal a grandes metalúrgicas. Uma operação deflagrada pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária da Polícia Civil (DOT/Decor) desbaratou a rede criminosa. Vinte e seis mandados de busca e apreensão foram cumpridos na capital e em três estados (Minas Gerais, Tocantins e Paraná).

Embora com funções distintas, duas estruturas criminosas integravam a mesma cadeia produtiva e comercial do cobre e se beneficiavam das atividades, revelou a investigação. O primeiro núcleo envolvia pessoas físicas e jurídicas ligadas ao comércio de sucatas e à reciclagem de metais, especialmente ferros-velhos. Todo o cobre vendido era proveniente de crime.

Segundo a polícia, esse primeiro grupo recebeu mais de R\$ 45,5 milhões, em menos de um ano, de uma empresa de fachada em Tocantins, sem emitir notas fiscais que justificassem os pagamentos. Conversas interceptadas pelos investigadores comprovaram a existência de um mercado estruturado em que os estabelecimentos concorriam pela aquisição do material furtado, ajustavam os preços de acordo com a origem e a qualidade do cobre e mantinham fornecedores fixos.

“Mel” e “misto”

Na hora da compra e venda tudo era meticulosamente analisado. A qualidade do cobre era categorizada em “mel”, “misto” e os oriundos dos furtos. O mais caro passava pelo processo de limpeza, que consiste na retirada da cobertura de plástico ou borracha dos cabos por meio da queimadura. Essa etapa elimina cores, inscrições e marcas de concessionárias de energia, empresas de telefonia e provedores de internet.

De acordo com a delegada-adju-ta da DOT, Marcela Lopes, o chamado “cobre mel”, considerado mais puro e de maior valor, era adquirido — até agosto de 2024 — por aproximadamente R\$ 43 por quilo. O “misto” era negociado por cerca de R\$ 41 por quilo. Já o material reconhecido pelos receptadores como proveniente de furtos era comprado por valores inferiores, entre R\$ 28 e R\$ 30 por quilo.

Notas falsas

A polícia descobriu que o se-

Fotos: PCDF/Divulgação



Operação no DF: quadrilha com ramificação em mais três estados movimentou R\$ 1,4 bilhão em furto de fios e notas fiscais falsas



Cobre de origem ilícita era repassado de ferros-velhos para metalúrgicas

gundo núcleo atuava por meio de 21 empresas “noteiras” do DF. Nove delas foram autuadas pela Receita do DF e todas estavam registradas em nome de laranjas e sem estrutura física, empregados ou contas bancárias. Mesmo assim, essas organizações emitiram mais de R\$ 1,4 bilhão em notas fiscais para a mesma empresa de fachada to-cantinense.

“Os documentos fiscais serviam para conferir aparência de origem lícita ao cobre comercializado e, depois, remetido a empresas localizadas principalmente em Minas Gerais e São Paulo; e gerar fraudulentamente créditos tributários, por

meio da circulação sucessiva das notas fiscais pelas diferentes etapas da cadeia empresarial”, explicou a delegada.

Posteriormente, entrava em cena, novamente, a empresa de Tocantins. A investigação mostrou, a partir dela, o envolvimento de uma empresa metalúrgica de grande porte. Mais de 73% das notas fiscais emitidas pela empresa de Tocantins foram destinadas à companhia mineira. Só em 2021, foram identificadas 212 notas fiscais, no valor aproximado de R\$ 97,1 milhões, afirma a PCDF.

A delegada afirma que, em um dos casos, uma única empresa “no-

teira” do DF emitiu 63 notas fiscais em um dia e alcançou valor superior a R\$ 72 milhões. Outra empresa emitiu mais de R\$ 80 milhões em documentos fiscais no intervalo de 48 horas.

A Polícia Civil atribui à empresa de fachada do Tocantins a função central na conexão entre os dois grupos criminosos. Em 11 meses, entre 2023 e 2024, a organização movimentou mais de R\$ 1,8 bilhão. Também transferiu, entre meados de 2021 e 2023, mais de R\$ 45,5 milhões a pessoas físicas e jurídicas vinculadas à receptação no DF e à comercialização do cobre.

Pessoas físicas sem atividade comercial também foram beneficiadas, concluiu a investigação. “Ainda, foram sacados em espécie pelo operador da empresa de fachada de Tocantins mais de R\$ 25,5 milhões em espécie. Observamos que o faturamento dela passou de R\$ 185 mil, em janeiro de 2021, para R\$ 430,4 milhões, em maio de 2022”, detalhou a delegada.

Recebedora

A metalúrgica de grande porte de Minas Gerais foi a principal destinatária das notas fiscais emitidas pela empresa de fachada do Tocantins, concentrando mais de 73% dos documentos. Ao mesmo tempo que recebia, a empresa mineira emitia dezenas de notas fiscais em que ela mesma figurava como com-

pradora das mercadorias.

A Justiça deferiu o sequestro de bens, direitos e valores no total de mais de R\$ 239 milhões. Os investigadores podem responder por organização criminosa, crimes tributários, lavagem de dinheiro e falsidades ideológicas.

Impactos

Nos cinco primeiros meses de 2026, a Companhia Energética de Brasília (CEB IPes) registrou o furto de 49km de cabos de iluminação pública em todo o DF, um prejuízo de R\$ 971 mil. Ano passado, foram furtados 96km de cabos, com perdas de R\$ 1,9 milhão. Em 2024, o total chegou a 74km, resultando em um rombo de R\$ 1,4 milhão. Plano Piloto, Lago Sul, Sobradinho, Santa Maria e Ceilândia estão entre as regiões com maior incidência do crime.

Para reduzir os impactos causados pelo furto de cabos, a CEB Ipês iniciou testes com cabos de alumínio no sistema de iluminação pública. Segundo a distribuidora energética, o material apresenta um menor valor comercial, o que reduz o interesse para a prática criminosa.

Recentemente, a CEB Ipês e a Polícia Militar assinaram um termo de cooperação técnica voltado ao enfrentamento dos crimes de furto, roubo e receptação de cabos, fios e equipamentos que compõem a

rede de iluminação pública do DF. A medida visa agilizar a identificação de falhas na rede e a recuperação dos pontos afetados por criminosos.

A Neoenergia Brasília também intensificou as ações de combate ao furto de cabos em parceria com as forças de segurança. Nos primeiros cinco meses de 2026, a distribuidora registrou 687 ocorrências e tentativas de furto de cabos elétricos, sendo 418 delas nas Asas Sul e Norte. O prejuízo estimado no período foi de R\$ 455 mil.

Ao longo de 2025, foram contabilizadas 1.128 ocorrências entre furtos consumados e tentativas, uma média superior a três casos por dia. Mais uma vez, o Plano Piloto concentrou a maior parte dos registros, com 615 ocorrências, e o prejuízo estimado alcançou R\$ 717,8 mil.

A empresa destacou que operações integradas desencadeadas em 2024 contribuíram para uma redução de 14% nos furtos efetivos em comparação com 2023. Diante do aumento dos casos observados em 2025, a Neoenergia reforçou as ações de monitoramento e prevenção para reduzir os impactos causados aos clientes.

Informações que auxiliem investigações podem ser repassadas pelo Disque 197, da Polícia Civil. Em casos de flagrante ou suspeita, a orientação é ligar para o 190 e registrar boletim de ocorrência.

Palavra do especialista | Leonardo Sant’Anna, especialista internacional em segurança

Como combater esse crime?

Alguns pilares têm que fazer parte dessa elucidação do crime: alteração na legislação, o que já foi instituído no Brasil com a Lei nº 15.181/2025; investimento em novas tecnologias para reconhecimento dos produtos furtados, investimento em monitoramento e reconhecimento dos criminosos. Se esse crime não for tratado por várias frentes, ele não

deixará de ocorrer em larga escala no país.

Tivemos uma troca da letra F de fuzil pela letra F de fintechs (empresas de finanças e tecnologia). Uma parcela dessa dificuldade ocorre porque essas instituições financeiras não a efetiva fiscalização e monitoramento quanto aos recursos provenientes do comércio desse material.

Temos dificuldade de sucesso pelo fato desse ecossistema criminoso estar muitos passos à frente da fiscalização pública e do que temos para fazer frente a essa dinâmica. O processo de transformação de alguns desses materiais furtados muda drasticamente a maneira como a segunda parte da negociação acontece.

Temos uma polícia que busca materiais brutos antes da transformação, contudo temos um vácuo de boas práticas para

identificar como objeto do crime aquilo que foi transformado. O que estamos procurando? São fios de cobre ou uma barra desse mesmo metal já modificada e que alegam ter vindo do ferro-velho?

É importante informar que, ao contrário do que muita gente pensa, não se trata de um delito vindo da criatividade dos criminosos do Brasil. Países como Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e África do Sul, para citar apenas alguns,

têm o mesmo problema. Nenhum deles conseguiu resolver esse impasse com facilidade, mesmo com legislação mais dura.

Entre medidas que podem ser copiadas desses países, podemos citar: substituição do material de confecção de tampas de bueiro (no caso do ferro que também é furtado), saindo do metal e indo para polímeros especiais.

Caso metais como o cobre fossem fundidos em altíssima temperatura, antes de serem

transformados e vendidos, aquele produto químico continuava presente na nova composição, e reagia quando submetido a um teste específico feito pelas autoridades.

O ponto principal para essa mudança foi simples nesses países: compensava muito mais fazer esse nível de investimento tecnológico, jurídico e de aplicação da pena, quando se comparava no tamanho do prejuízo causado por essa dinâmica dos agressores sociais.